

**ILMA. COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE - COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO - CICP/SESGO DA SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE DE GOIÁS - GO.**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2022-SES/GO  
PROCESSO nº. 202100010000417**

**INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde no âmbito do Estado de Goiás, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.963.002/0001-41, sediada na Rua Casa do Ator, nº 1.117, 16º Andar, Conjunto 163, Vila Olímpia, CEP: 04.546-004, São Paulo – SP, representada por sua diretora presidente, Sra. Carla Soares Alves, brasileira, solteira, gestora de segurança, portadora da cédula de identidade RG nº 30.171.370-4 - SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 269.127.118-80, vem respeitosa e tempestivamente perante Vossa Senhoria, com fulcro no item 7.3 do Edital de Chamamento Público nº 04/2022-SES/GO, Processo nº 202100010000417, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão da lavra dessa D. Comissão que considerou **HABILITADO** o Instituto Brasileiro de Gestão Compartilhada - IBGC, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

Requer, por conseguinte, seja seu recurso recebido, processado e concedido o efeito suspensivo, e em caso deste Julgador não reconsiderar sua decisão, que seja determinado o encaminhamento do recurso para apreciação do seu **Superior Hierárquico**, como determina a legislação que regula as licitações públicas.

## I - DA TEMPESTIVIDADE

O presente Recurso é manifestamente tempestivo, em razão de a Recorrente ter sido cientificada da decisão recorrida no dia 21 de março de 2022, por meio do resultado preliminar publicado no sítio eletrônico da Secretária de Saúde do Estado de Goiás, a saber: [https://www.saude.go.gov.br/files/licitacoes/chamamento-publico/2022/chamamento04\\_luziania/ResultadoPreliminardeHabilitacaoluziania.pdf](https://www.saude.go.gov.br/files/licitacoes/chamamento-publico/2022/chamamento04_luziania/ResultadoPreliminardeHabilitacaoluziania.pdf), sendo que nos termos do item 7.3 do Edital de Chamamento Público nº 04/2022-SES/GO, o prazo de 2 (dois) dias úteis para interposição de recurso irá findar em 23 de março de 2022, portanto, o protocolo até esta data, confere a devida tempestividade ao presente recurso.

## II - PRELIMINARMENTE

Em primeiro plano, sobre o direito de petição, a RECORRENTE transcreve ensinamento do professor José Afonso da Silva, em sua obra “Direito Constitucional Positivo”, ed. 1.989, página 382:

*“É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação”.*

Corroborando com este entendimento, também o renomado Mestre Marçal Justen filho assim assevera:

*“A Constituição Federal assegura, de modo genérico, o direito de petição (art. 5º, XXXIV, a), como instrumento de defesa dos direitos pessoais, especialmente contra atos administrativos inválidos. Além disso, a Constituição assegura a publicidade dos atos administrativos (art. 37) e o direito ao contraditório e à ampla*

*defesa (art. 5º, inc. LV). (JUSTEN, Marçal Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed., pág. 647)”.*

Vale aludir que tal decisão é cabível o presente recurso, em garantia aos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, de aplicação indiscutível no feito administrativo.

Consoante dispõe o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988, veja:

*“Art. 5º. (...). LV-aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;”*

Com efeito, o licitante que se sentir lesado por decisão administrativa pode se valer de recurso administrativo lato sensu, utilizando-se de meios de reexame interno em face de ato ou decisão administrativa que lhe tenha sido desfavorável, o qual será julgado pela autoridade hierarquicamente superior àquela prolatora de ato/decisão recorrido pertencente ao mesmo órgão ou entidade.

Ademais, consoante o princípio da autotutela administrativa, a Administração Pública pode rever seus próprios atos, quando ilegais, inconvenientes ou inoportunos. De modo a reforçar esta prerrogativa, o Supremo Tribunal Federal editou a súmula nº 473, estabelecendo que:

*“Súmula 473: a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. ”*

Leciona Hely Lopes Meirelles:

*“(...) recursos hierárquicos são todos aqueles pedidos que as partes dirigem à instância superior da própria Administração, propiciando o reexame do ato inferior sob todos os seus aspectos.”*

*“ A Constituição Federal de 1988 (CF/88) considerou tão importante a previsão dos Recursos Administrativos, que o elevou a categoria de normas constitucionais, pois se existir um litígio administrativo, será obrigatória contraditória, ampla defesa e os recursos a ele inerentes, conforme preceitua o seu art. 5º, inciso LV: “Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 652)”.*

Importante mencionar, ainda, que interposto o Recurso, o órgão administrativo competente para conhecer do reclame terá plena liberdade para revisar a decisão recorrida:

*“Em qualquer modalidade de recurso a autoridade ou o tribunal administrativo tem ampla liberdade de revisão do ato recorrido, podendo modificá-lo ou invalidá-lo por motivo de legalidade, conveniência, oportunidade ou, mesmo, por razões de ordem técnica que comprometam a eficiência do serviço público ou a utilidade do negócio em exame. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 648)”.*

Portanto, é cabível a interposição de recurso administrativo em face da decisão que declarou HABILITADA a Organização Social Instituto Brasileiro de Gestão Compartilhada - IBGC, o qual com o devido respeito, se mostra equivocada já que não foi adequadamente observado o disposto no Edital, o qual ao nosso entender não restou devidamente cumprido pela recorrida.

Nesse aspecto, entendemos que a decisão em tela, não encontra respaldo legal infringindo os princípios constitucionais da legalidade e devido processo legal.

Assim, requer a RECORRENTE que as razões aqui formuladas sejam devidamente autuadas e, se não acolhidas, o que se admite

apenas e tão somente “ad argumentandum”, que haja uma decisão motivada sobre o pedido formulado.

### III - DOS FATOS

Na data de 16 de março de 2022, às 09h00min, foi instaurada a sessão do Chamamento Público nº 04/2022-SES/GO, Processo nº 202100010000417, para gestão do Hospital Estadual de Luziânia, tendo sido realizado o credenciamento das OS's participantes com a apresentação dos documentos constitutivos e de representação. Decorrido isso, foi aberta pela D. Comissão de Licitação, a apresentação dos envelopes nº 001 de Habilitação e envelope nº 02 de Proposta Técnica.

Ato contínuo, foi oportunizado às participantes, formulário para questionamentos sobre documentos de habilitação, que foram anexados a Ata, se tornando parte integrante da mesma. Em razão dos questionamentos apresentados pelas Organizações Sociais presentes, a Comissão informou sobre a necessidade de análise mais aprofundada e deliberou por suspender a sessão para julgamento dos envelopes de habilitação.

Assim é que em 21 de março de 2022, foi publicado por meio eletrônico, o resultado preliminar do Chamamento Público nº 04/2022-SES/GO, Processo nº 202100010000417, em que entendeu pela HABILITAÇÃO do Instituto Brasileiro de Gestão Compartilhada - IBGC, a saber:

Após apreciação da documentação contida nos ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, constatou-se como HABILITADA a seguinte organização social:

a) Instituto Brasileiro de Gestão Compartilhada - IBGC

Entretanto tal decisão se mostra EQUIVOCADA, especialmente quanto às exigências contidas no Edital de Chamamento Público, as quais, com o devido respeito, ao nosso entender não restaram adequadamente analisadas, o que reforça o entendimento que a decisão não merece prosperar.

Vejamos, o item 5.3, j.3, do Edital dispõe:

**5.3. ENVELOPE 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:** deverá conter, em original ou cópia

(observando-se o artigo 3º, inciso II, da Lei Federal nº 13.726/18), os seguintes documentos, obedecida a seguinte ordem:

j.3) Declaração de Visita Técnica no **HOSPITAL ESTADUAL DE LUZIÂNIA**, localizado na Avenida Alfredo Nasser, sem número, Parque Estela Dalva VII, Luziânia-GO, CEP: 72820-20. A visita deverá ser agendada previamente na SES/GO, por meio do e-mail [comissaochamamentogoiias@gmail.com](mailto:comissaochamamentogoiias@gmail.com), onde serão ofertadas as devidas orientações de quem será responsável pela condução da visita;

Já no Anexo VII Do Edital de Chamamento Público, há exigência para que a declaração seja assinada por representante legal da OSS.

Ocorre que na em análise à documentação apresentada pela recorrida, restou constatado a apresentação de declaração de visita técnica assinada por Danielly, que não possui procuração outorgada pelo preponente ou poderes para assinar, maculando o item 4.2 c/c item 5.3, “j 3” do Edital de chamamento Público.

Nesse sentido, salvo melhor juízo, entende que essa recorrida deve ser inabilitada, em vista da irregularidade identificada em sua documentação, sendo motivo justo de inabilitação.

Já no item 5.3 “c”, a recorrida não anexou comprovante de residência em nome de Adriano Alves de Menezes, na página 70, o que do mesmo modo contraria o item 4.2 do Edital de Chamamento Público.

Não menos importante, apontar que também no item 5.3 “n”, em que o Edital traz expressamente exigência para apresentação de documento de aprovação, por parte do conselho de Administração, na proposta do contrato de gestão, nos termos do inciso II do artigo 4º da Lei Estadual 15.503/05, o qual não foi observado pelo recorrido, porquanto a deliberação e aprovação na forma mencionada, **não faz menção ao Contrato de Gestão em referência**, objeto do presente certame, o que viola perenemente o Edital de Chamamento público.

Os motivos acima são em muito suficientes para a inabilitação da recorrida, ainda mais considerando os motivos que levaram a inabilitação dos demais concorrentes, vez que a análise destes foi minuciosa, evidente que se vê necessário o mesmo padrão de rigor na análise da documentação do Recorrido, que com o devido respeito, deve seguir de forma igualitária, primando pela uniformidade e equidade no julgamento final.

Nesse sentido é facilmente encontradas diversas jurisprudências com o mesmo entendimento acima, do qual imprime a observância aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, unicidade, equidade e devido processo legal.

#### **IV - DO PEDIDO**

De fato, restou incontroverso nos autos que a Recorrida não cumpriu as exigências enunciadas no Edital de Chamamento Público.

Não é de se olvidar que o procedimento licitatório é regido por uma série de normas e princípios, dentre eles o postulado da vinculação ao instrumento convocatório, segundo o qual “o edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu” (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 276).

Contudo, também é cediço que a fase de habilitação tem por objetivo essencial o atendimento de requisitos mínimos que demonstrem a capacidade para licitar.

Conclui-se, por conseguinte, mediante todo o exposto, e do juízo de valor desta douta Comissão, que as desconformidades aqui sinalizadas impõem a inabilitação da recorrida.

Destarte, requer-se o recebimento do presente recurso para que seja julgado procedente por esta nobre Comissão, assim, reformando a decisão de habilitação proferida em face do Instituto Brasileiro de Gestão Compartilhada – IBGC, para declarar sua inabilitação como medida de direito e justiça.

Nestes termos,  
pede e espera deferimento.

São Paulo/SP para Goiânia/GO, 23 de março de 2022.

---

**Instituto Social Mais Saúde**  
**Carla Soares Alves**  
**Diretora Presidente**